



## ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UESC - ADUSC

### **Sobre a instituição de aulas remotas na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a ADUSC, como representação de luta em defesa dos direitos dos docentes, traz algumas questões para reflexão coletiva e discussão**

Iniciamos este texto com uma reflexão: qual o papel de uma universidade pública em uma região predominantemente desigual, empobrecida e carente? No regimento da UESC, em seu Artigo 4º, temos de maneira bem clara a definição dos seus objetivos:

*Art. 4º – Guardando a coerência com a concepção de Universidade e com os princípios de cidadania, democracia e autonomia, a UESC se propõe a:*

*I – oferecer condições e estímulos ao desenvolvimento integral do ser humano;*

*II – produzir e socializar o saber comprometido com a realidade social;*

*III – capacitar profissionais nas diversas áreas e em estreita relação com as necessidades regionais;*

*IV – atuar como força propulsora do desenvolvimento regional integrado e autossustentável;*

Assim, apresentamos algumas questões que embasam a posição da Diretoria da ADUSC diante da possibilidade de atividades remotas com a validade de aulas voltadas à graduação na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

A primeira delas diz respeito ao momento em que vivemos, quando todas as discussões que ocorrem atualmente no âmbito das universidades públicas

podem definir, de modo duradouro, o seu futuro. Por isso, não se trata apenas de “resolver” o imediato, criando a ilusão de que estamos numa suposta normalidade, mas, antes, de refletir sobre **o que**, o **como** e **para quem** estamos fazendo isso, para que não tenhamos mais perdas das que já estamos acumulando com os ataques dos governos federal e estadual. Um exemplo simples: se dizemos ser possível ministrar aulas agora de forma remota, estamos também dizendo que as vagas futuras para professores podem ser ocupadas, remotamente, por outros docentes, que podem até ser de outras UEBA. Isso, definitivamente, nos enfraquece e nos torna desnecessários, sobrecarregados, e sem poder de reação. Ou seja, o que fizermos agora, no afogadilho da pandemia, pode significar um grave retrocesso no processo de produção do conhecimento em futuro próximo. Por isso, vamos pensar bem!

Por outro lado, cabe pensarmos que esta situação é mais ampla e duradoura que o momento. O que está sendo feito para melhorar a infraestrutura da UESC visando o retorno presencial no futuro? Quais são as verbas disponibilizadas pelo governo do Estado para isso? O que vemos são contingenciamentos e decretos cortando possibilidades de qualquer natureza para as UEBA. Já as “soluções” que estão colocadas pelo Conselho Nacional de Educação e que são acompanhadas pelo Conselho Estadual, favorecem as faculdades e universidades privadas e, difusamente, ecoam anseios das universitárias públicas. Porém, as faculdades privadas na região (rede UniFTC e outras) e ao longo do Brasil, estão sofrendo demissão massiva de professores e aqueles que ficarem vão ministrar aulas remotas para as quais possivelmente não estejam devidamente capacitados, somando a precarização do ensino ao desemprego. A tentativa de dar respostas imediatas contribui para criar uma falsa normalidade, comprometendo fortemente a incipiente democratização do acesso e da permanência de estudantes cotistas nas universidades.

Com o ensino remoto, contribuiremos para gestar uma universidade onde aqueles que não possuem uma infraestrutura para acompanhar aulas e não puderem fazê-lo, ficarão excluídos dela. Certamente não será a universidade de hoje, presente nas populações regionais negras, indígenas, rurais, desprovidas de tecnologia e de recursos diversos, mas sim a universidade da classe média, que pode acompanhar aulas remotas em sua internet própria e em espaços adequados. E assim a nossa universidade pública vai virando sucata.

Vamos andar na contramão de toda a história de luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade? E a troco de que? Qual o custo/benefício? Estaremos com isso ajudando nossos alunos a aprenderem algo? As disciplinas ministradas remotamente cumprirão seu papel de formação destes? Contribuiremos para a inclusão ou acentuamos mais a exclusão? Como ficarão aqueles que não possuem equipamentos e tecnologia em casa? Como ficarão aqueles que estão economicamente, emocionalmente e fisicamente abalados pela situação de COVID-19 e sem condição de acompanhar aulas remotas? Onde vai parar a função social da universidade? São questões a serem pensadas e discutidas coletivamente.

O fato de não termos como definir o tempo para o retorno às atividades acadêmicas nos espaços universitários está nos levando a tentar inventar outra dinâmica, só que desta vez com várias questões graves que podem dar o efeito contrário e, em lugar de agregar e prestar um bom serviço público de educação superior, fazemos justamente aquilo que mais condenamos: o faz de conta para justificar o salário, sem lembrar que nossos salários não são somente pelo ensino, mas também pela pesquisa e a extensão; por múltiplas funções que desempenhamos na universidade. Também não podemos esquecer que nenhum de nós parou de dar aulas porque quis, mas sim por determinação superior que atende às normas de segurança impostas pela pandemia.

A alternativa hoje discutida, de aulas remotas, provavelmente vai deixar de fora da universidade os estudantes que ingressaram via cota racial ou de escola pública, merecedores de todas as oportunidades, e hoje maioria dos nossos cursos. Além disso, dezenas de professores e alunos teriam dificuldade de atuar nas aulas remotas, em virtude da impossibilidade de transformar o espaço doméstico em oficinas de trabalho e de harmonizar a cotidianidade transtornada pela pandemia com as atividades letivas virtuais. E isso configura um quadro de exclusão que está comprovado também pelo relatório da comissão criada pela Reitoria da UESC para realizar o estudo sobre o tema.

Dos 6.742 discentes da UESC, 4.300 responderam à consulta feita pela Comissão e 2.172 alunos (número expressivo) não o fizeram. A pergunta é por que não responderam? Será que não possuem internet? Estão onde? Adoeceram? Recusaram-se a responder? Por que “desapareceram”?

Dos 4.300 alunos restantes, 3.056 (ou 71%) declaram que a renda familiar é menor que 2 salários mínimos; 3.543 alunos (82,4%) se encontram nas cidades de Ilhéus-Itabuna, indicando que aqueles que não responderam podem pertencer à zona rural e outros locais onde não há acesso fácil à internet. 60,4% usam de forma compartilhada internet e notebook e 77,8% nunca usaram um ambiente virtual de aprendizagem, o que dificulta seriamente o ensino e a relação aluno-professor. Por fim, 49,5% prefere aguardar o fim da pandemia para o retorno às atividades. Esse último percentual acrescido daqueles que não responderam, constitui-se em expressiva maioria dos discentes da universidade.

Diante do todo aqui posto, **a Diretoria da ADUSC se manifesta contrária à adoção do Ensino Remoto Emergencial para a retomada do semestre letivo** e propõe a manutenção da suspensão do semestre 2020.1 com a retomada das aulas presenciais tão logo haja segurança sanitária para isso.

Como alternativa durante o período da pandemia, sugerimos que a universidade adote e/ou intensifique as atividades de comunicação e extensão,

por curso, voltadas para a comunidade estudantil e da região, mantendo os vínculos com os/as estudantes, sem necessariamente implicar no retorno das aulas. Essas atividades extra-curriculares podem adotar diversos formatos como seminários, debates, entrevistas, mesas redondas, palestras, entre outros e poderão ser aproveitadas pelos respectivos cursos, incorporando-as em carga horária extensionista de graduação e pós-graduação.

**Não ao sucateamento da educação! Não à exclusão! Ninguém fica para trás!**

Ilhéus-BA, 20 de julho de 2020.

**Associação de Docentes da UESC - ADUSC**